

## O Conceito de Região nas Regionalizações do Estado do Piauí: uma abordagem cronológica de 1940-2007

**Leonardo José da Silva Costa**  
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

**Jorge Martins Filho**  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI  
Universidade Estadual do Maranhão -  
UEMA

### RESUMO

*O conceito de região na Geografia sempre esteve caracterizado pela diferenciação de áreas, estabelecendo-se como uma criação intelectual, partindo da atuação do geógrafo. Mesmo possuindo uma abordagem polissêmica, é na Geografia que a região ganha maior ênfase, sendo um dos seus conceitos-chave, embora mediante a várias crises conceituais, a região foi bastante utilizada como ferramenta de planejamento dos Estados com a finalidade de constituir recortes espaciais, de organizar e definir ações no espaço geográfico. No território brasileiro a aplicação das regionalizações parte da atuação do IBGE, que contribuiu na organização do território e no desenvolvimento econômico, como também no estado do Piauí, onde as regionalizações possibilitaram, através do planejamento regional, uma melhor condução das potencialidades locais. Nesse contexto, o respectivo trabalho objetivou analisar o conceito de região nas regionalizações oficiais do IBGE e do Governo do Piauí no período de 1940 a 2007. Quanto à metodologia, o trabalho configurou-se como de caráter descritivo e analítico, com abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. A partir dos resultados obtidos, tornou-se evidente que o processo de regionalização no Piauí comprovou a sua importância mediante o desenvolvimento socioeconômico apresentado nas últimas décadas, quando se tornou possível uma melhor destinação de recursos e investimentos essenciais na condução das potencialidades das regiões e dos recursos naturais. Pode-se concluir que o processo de regionalização Piauiense seguiu a lógica do desenvolvimento nacional, ressaltando a busca da compreensão pelos órgãos competentes sobre as novas formas de articulação presentes no espaço, contribuindo para o desenvolvimento local.*

**Palavras-chave:** Região; Regionalização; Desenvolvimento Regional; Estado do Piauí.

## The Concept of Region in the Regionalizations of the State of Piauí: a chronological approach from 1940-2007

### ABSTRACT

*The concept of region in Geography has always been characterized by the differentiation of areas, establishing itself as an intellectual creation, starting from the performance of the geographer. Even though it has a polysemic approach, it is in Geography where the region gains greater emphasis, being one of its key concepts, although through various conceptual crises, the region was widely used as a planning tool of the states with the purpose of constituting spatial cutouts, organizing and defining actions in the geographical space. In the Brazilian territory, the application of regionalizations starts from the performance of the IBGE, which contributed to the*



organization of the territory and economic development, as well as in the State of Piauí, where regionalizations made it possible through regional planning to better conduct local potentialities. In this context, the respective work aimed to analyze the concept of region in the official regionalizations of the IBGE and the Government of Piauí in the period from 1940 to 2007. As for the methodology, the work was configured as descriptive and analytical, with a qualitative approach, using bibliographic and documentary research. From the results obtained, it became evident that the regionalization process in Piauí proved its importance, through the socioeconomic development presented in the last decades, where it became possible to better allocate resources and essential investments in conducting the potential of the regions, and natural resources. It can be concluded that the process of regionalization Piauiense, followed the logic of national development, highlighting the search for understanding by the competent bodies, on the new forms of articulation present in space, contributing to local development.

**Keywords:** Region; Regionalization; Regional Development; State of Piauí.

## El Concepto de Región en las Regionalizaciones del Estado de Piauí: una aproximación cronológica de 1940-2007

### RESUMEN

El concepto de región en Geografía siempre se caracterizó por la diferenciación de áreas, estableciéndose como una creación intelectual, a partir de la actuación del geógrafo. A pesar de tener un enfoque polisémico, es en la Geografía donde la región gana mayor énfasis, siendo uno de sus conceptos clave, aunque a través de varias crisis conceptuales, la región fue ampliamente utilizada como herramienta de planificación de los estados con el fin de constituir recortes espaciales, organizando y definiendo acciones en el espacio geográfico. En el territorio brasileño, la aplicación de las regionalizaciones parte de la actuación del IBGE, que contribuyó al ordenamiento del territorio y al desarrollo económico, así como en el Estado de Piauí, donde las regionalizaciones posibilitaron, a través de la planificación regional, una mejor conducción de las potencialidades locales. En este contexto, el respectivo trabajo tuvo como objetivo analizar el concepto de región en las regionalizaciones oficiales del IBGE y del Gobierno de Piauí en el período de 1940 a 2007. En cuanto a la metodología, el trabajo se configuró como descriptivo y analítico, con abordaje cualitativo, utilizando investigación bibliográfica y documental. A partir de los resultados obtenidos, se evidenció que el proceso de regionalización en Piauí demostró su importancia, a través del desarrollo socioeconómico presentado en las últimas décadas, donde se hizo posible una mejor asignación de recursos e inversiones esenciales en la conducción de las potencialidades de las regiones, y de los recursos naturales. Se puede concluir que el proceso de regionalización en Piauí siguió la lógica del desarrollo nacional, destacando la búsqueda de comprensión por parte de los órganos competentes sobre las nuevas formas de articulación presentes en el espacio, contribuyendo al desarrollo local.

**Palabras clave:** Región; Regionalización; Desarrollo Regional; Estado de Piauí.

### INTRODUÇÃO

Ao discutir as análises acerca do conceito de região na Geografia, percebe-se que além desta, outras ciências também se utilizam desse termo, notando-se a existência de uma abordagem polissêmica. Porém, é na ciência geográfica que a região ganha um maior destaque, sendo tratada como um conceito-chave, na qual sua própria evolução conceitual se confunde com a evolução científica da Geografia no decorrer das fases do pensamento geográfico.



Na atualidade, embora atravessando algumas crises, o conceito de região permanece aplicável, de maneira que ainda pode ser considerada viva. Entretanto, sua aplicação passa a ser vista como uma técnica ou ferramenta utilizada pelos geógrafos, e outrora pelos estados, sendo, portanto, uma alternativa ou um meio, e não mais um produto que tem o caráter de regionalizar como uma tarefa de dividir e caracterizar o espaço segundo diferentes critérios que variam de acordo com a especificidade em questão, aplicados não somente ao campo teórico, mas também ao prático.

De acordo com a visão de Corrêa (2003), a região pode ser compreendida como um conceito que se torna definido ou produzido, principalmente de maneira intelectual por aquele que o pesquisa, ou que o quer definir. No caso da Geografia, isso se efetiva através dos geógrafos que, ao buscarem diferenciações e ou caracterizações no espaço, estabelecem os seus respectivos critérios, formando recortes espaciais aos quais denominam-se de regiões, tal processo pode ser também denominado de regionalizar. Assim, a noção de região é estabelecida a partir das ações do homem sobre uma determinada paisagem, passando então a ser compreendida como um eixo central das análises geográficas.

No Brasil, os estudos geográficos tiveram uma forte influência das correntes do pensamento presentes no continente europeu, as primeiras propostas de regionalizar o território brasileiro surgiram a partir do século XIX, até meados do século XX, onde se constituíram uma variedade de estudos e propostas de divisão regional para o país. Tal variedade esteve sempre ligada principalmente ao critério de diferenciação por meio das características físico-naturais, a qual predominou por muitos anos, até a institucionalização dos estudos geográficos no país, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Assim, a partir da década de 1940, constituiu-se um marco em relação à definição e aplicação das primeiras regionalizações promovidas pelo estado, com a finalidade organizar e integrar o território.

O estado do Piauí, como unidade federativa do país, também foi influenciado pelas regionalizações propostas pelo IBGE. Os recortes espaciais e regionais utilizados contribuíram para uma maior integração e dinamização do planejamento governamental em nível estadual. Por meio de ações específicas, foi possível direcionar de forma mais efetiva as políticas voltadas para o desenvolvimento regional.

É importante destacar que além dessas regionalizações, outras propostas foram evidenciadas no estado. Essas propostas acompanharam as dinâmicas espaciais presentes, com o objetivo de promover o crescimento econômico e avanço nos diversos setores.

Nessa perspectiva, o respectivo trabalho almejou, de maneira geral, analisar o conceito de região nas regionalizações oficiais do IBGE e do Governo do Piauí no período de 1940 a 2007, as quais foram estabelecidas com fins de ação e controle voltados ao desenvolvimento regional.

Para tanto, a fim de construir um referencial teórico e metodológico acerca das propostas de regionalização no contexto do estado do Piauí, a metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa de caráter principalmente descritivo compilada com aspectos de caráter analítico. A pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa em que: “[...] os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os



fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Aliando-se ao caráter metodológico desta pesquisa, observou-se também a necessidade de uma abordagem qualitativa, complementada pela utilização de técnicas de coleta de dados como a pesquisa bibliográfica, realizada em materiais de época, consistindo em um tipo de pesquisa que toma por base material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002). Nesse sentido, tomou-se por base o material sistematizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre as propostas de divisão territorial e regional brasileira sistematizado tanto em artigos de autores referências da temática como em dados fornecidos no site do próprio Instituto.

Complementando a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental fez-se necessária diante do caráter metodológico apresentado, tendo em vista que o foco principal consiste na atuação dos órgãos governamentais. Assim, para se debruçar sobre as particularidades locais do estado piauiense, adotou-se como estratégia metodológica analisar cartas históricas da antiga Fundação CEPRO, hoje denominada de Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - CEPRO, que dispõe sobre as diferentes formas de organização territorial no estado. Podemos compreender que esse tipo de pesquisa, a partir da compreensão de Gil (2002), é definida como uma fonte rica e estável de dados que não implica altos custos e não exige contato com os sujeitos da pesquisa, assim sendo importante quando se busca informações acerca de documentos em órgãos e demais instituições.

Considerando a relevância de discutir os recortes regionais e conceituar os métodos propostos nos processos de regionalização, o presente trabalho buscou justificar, no âmbito científico e acadêmico, discussão acerca do conceito geográfico de região, aplicado nas regionalizações do Piauí, enriquecendo o debate sobre a importância desse conceito e de sua aplicação no espaço geográfico, de modo que seja possível contribuir cada vez mais com a abordagem da temática regional.

No âmbito de contribuições sociais e para a gestão pública, o trabalho busca colaborar com os estudos sobre as regiões, e de como o processo de regionalização contribuiu para o desenvolvimento estadual, relacionando as dinâmicas presentes no crescimento do Piauí.

## **DO SURGIMENTO DA REGIÃO ÀS ABORDAGENS CONCEITUAIS**

Ao discutirmos a região, a partir de um ponto de vista epistemológico, compreendemos que embora seja muito utilizada no âmbito do senso comum, muitas vezes para situações referentes à localização e extensão de algum respectivo fato ou fenômeno, esse conceito remete em sua maioria a um sentido que denota alguma diversidade espacial, e é amplamente conhecida como uma divisão de uma determinada unidade administrativa.

Nesse contexto, a região surge desde o fim da Idade Média, apresentada como um meio, utilizada para definir a hierarquia e o controle administrativo dos Estados, tendo em vista o contexto histórico de transição para a Idade Moderna, com o desenvolvimento das feiras livres, pequenos aglomerados que viriam, posteriormente, a dar origem às cidades e contribuir para



uma nova classe em ascensão, a burguesia. Essas divisões constituem, portanto, as primeiras formas de divisão territorial presentes nos mapas (GOMES, 1995).

Propriamente a respeito de seu surgimento, dois autores apresentam pontos distintos acerca do contexto histórico em que se desenvolveram os primeiros recortes regionais. O primeiro deles, Lencioni (1999), argumenta que tal termo esteve presente no conhecimento elaborado desde a Antiguidade, e assim a região surge com os gregos, e com eles a primeira regionalização foi concebida através de um método. Já o segundo autor, Gomes (1995), define que o surgimento da região efetivou-se na Idade Média, durante o império romano, quando surge a palavra região, derivada do latim *regere*, sendo as denominadas *regiones*, as quais eram utilizadas para indicar as divisões administrativas de Roma.

Nesse contexto, percebemos que a aplicação do conceito de região encontra-se cercado de sua etimologia, ou seja, trata-se de uma área sob um certo domínio marcado de acordo com suas próprias características, que o diferenciam ou integram a um aspecto definido.

Apesar de ser atribuída principalmente aos estudos geográficos, a região também é debatida em outras profissões e as discussões espaciais ganham cada vez mais relevo e importância sobretudo no contexto pós-guerra do século XX. É nesse momento que se constitui o debate da *ciência regional*<sup>1</sup> enquanto campo de estudos que se debruça sobre o ordenamento territorial conforme aponta (BENKO, 1999).

Nesse contexto, principalmente nas últimas décadas do século XIX, vai ocorrer a institucionalização do conhecimento geográfico, no qual a Geografia ganha o papel de ciência, a partir dos primeiros estudos da chamada “Geografia Clássica”. Como ressaltam Barbosa e Pacífico (2017), ocorre uma sistematização do conhecimento geográfico, com o surgimento da Geografia Clássica ou Tradicional, e as evoluções do pensamento, a partir das correntes teóricas, como a nova Geografia, a Geografia Crítica Marxista e a Geografia Humanista.

Na Geografia Clássica ou Tradicional, o conceito de região, vai ganhar uma maior ênfase a partir dos estudos do geógrafo Paul Vidal de La Blache que, a partir de suas contribuições, possibilitou um maior respaldo para o desenvolvimento dos estudos geográficos. De acordo com Moraes (1995, p. 81): “[...] La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o”.

Compreendemos que na obra de La Blache “Princípios de Geografia Humana” o homem se relaciona com o meio, e utiliza-se deste a partir de suas técnicas, o que o autor denomina de “gênero de vida”, na perspectiva da existência de um equilíbrio a partir dos recursos vigentes no meio. Assim, entende-se que obra de La Blache trouxe um balizamento central sobre um conceito por ele vislumbrado, o de região, como explica Moraes (1995, p. 86-87):

Essa era a denominação dada a uma análise geográfica, que exprimiria a própria forma de os homens organizarem o espaço terrestre. Entretanto, a região não seria apenas um instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade. As regiões existiriam de fato e caberia ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e a explicá-

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma disciplina cruzamento, situada na encruzilhada da ciência econômica, da geografia, da sociologia, da ciência política e da antropologia. Estuda principalmente a intervenção humana no território (BENKO, 1999, p.2).



las. A região seria uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas limítrofes. Porém pela observação, seria possível estabelecer a dimensão territorial de uma região, localizá-la e traçar seus limites.

Dessa forma, analisamos que a obra e as concepções de La Blache trouxeram uma certa humanização para a região, relacionando a sua principal discussão no qual o homem-meio se apresenta seguido de uma relação mútua, o que viria ser chamado futuramente de Geografia Regional. A partir das influências do respectivo autor desencadearam-se, posteriormente, diversos estudos de caráter descritivo em todo o globo, constituídos em maior parte de análises locais, que forneceram uma ampla e vasta discussão nos estudos regionalistas, presentes em diversas teses, artigos e monografias, até os dias atuais.

Nas correntes do pensamento geográfico como a Nova Geografia e a Geografia Crítica, que vieram após a Geografia Tradicional, o conceito de região acaba sendo deixado de lado, outrora em função das crises conceituais ou até mesmo pela maior abordagem ao conceito de espaço. Especificadamente durante a Nova Geografia, a região é reduzida apenas a um processo de classificação de unidades espaciais baseados em dados estatísticos, enquanto na Geografia Crítica Marxista, a região é definida mediante o resultado de um desenvolvimento desigual e combinado, que apresenta elementos fundamentais da Divisão Espacial do Trabalho.

Adentrando às conceituações da região, principalmente na contemporaneidade, diversos autores enfatizam a noção desse conceito, seja como uma forma de diferenciação de áreas ou como uma ferramenta, ou até mesmo um meio para a efetivação de ações. Corrêa (2003) a define a partir de uma noção de diferenciação de áreas, entendendo que a superfície terrestre é composta por áreas diferentes entre si.

Já Haesbaert (2010), considera a região ligada a partir de um viés racionalista, que é influenciada pela globalização e pelo capitalismo, no qual a região se apresenta como uma construção intelectual do pesquisador, ligadas também como fenômenos concretos, atreladas a um viés realista, tendo em vista os fenômenos socioespaciais, que se caracterizam como identidades regionais.

Entendemos que, na concepção de Haesbaert (2010), a região pode ser compreendida por duas vertentes, a primeira como uma criação mental, que tem a finalidade de caracterizar ou descrever elementos a partir de um determinado critério específico, ou seja, como um meio ou um procedimento metodológico. E a segunda, na qual a região pode ser entendida como um fato concreto, a partir do reconhecimento das características que distinguem as porções do espaço. Dessa forma, com as divisões e recortes espaciais, busca-se o atendimento a interesses diversos.

Partindo desse pressuposto, esse conceito pode ser visto como um produto gerado no meio, no qual ela pode existir por si só, remetendo-se às regiões naturais, que são definidas de acordo com a paisagem física, ou geográfica, onde os sujeitos presentes no espaço a delimitam, com o intuito de organizar ou distinguir determinadas áreas.

Gomes (1995, p. 57), entende a região como: “[...] uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador e seu estatuto ontológico”.



Outra função bastante promovida através do conceito de região, é a sua utilização como meio ou ferramenta para promover a ação e controle de territórios, como afirma Corrêa (2003, p. 25), que define essa função como:

O conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. Mais precisamente, no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante.

Podemos avaliar então, principalmente, a partir dos processos de regionalização atuais, que o interesse político e econômico por meio dos estados, utiliza-se da região como um meio, que busca efetivar ações com vistas ao planejamento regional, direcionando uma atenção maior com relação ao desenvolvimento econômico.

Por meio da regionalização, torna-se possível uma maior organização espacial, e uma facilidade maior em destinar recursos, implicar programas, ações e políticas públicas. E é sobretudo a partir dos anos de 1950 que esse processo de regionalização se firmou, como uma alternativa ao planejamento, principalmente no território brasileiro, onde se observaram variadas propostas de regionalização do espaço, com a finalidade de atender interesses e critérios específicos direcionados muitas vezes à busca pelo desenvolvimento econômico e territorial.

Tal discussão, a qual será apresentada na seção seguinte, busca argumentar a utilização e aplicação dos conceitos e métodos regionais, como formas de organização espacial e definição de ações e controle, por parte do Estado.

## **O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL: A ATUAÇÃO DO IBGE**

A noção de região no Brasil surge associada ao próprio desenvolvimento do país, de modo que sempre esteve ligada a uma concepção administrativa, como por exemplo a divisão do país em capitâncias hereditárias. No decorrer do processo histórico da formação territorial do Brasil, a lógica das divisões regionais sempre esteve presente, atrelada por uma busca a um modelo de país centralizado.

De acordo com Matos (2013), considerando as propostas de regionalização no território brasileiro, das primeiras às atuais, percebe-se que o conceito de região sofreu por significativas mudanças, que implicaram em diversas variações projetadas no espaço do país. Para compreender a concepção do emprego do conceito de região aplicado no Brasil, é preciso trazer uma relação histórica entre os primeiros estudos regionais, que foram introduzidos no país, até o surgimento e atuação do IBGE, quando o Estado se utilizou das divisões regionais para organizar o território, e obter dados estatísticos que viabilizassem um planejamento econômico.

É preciso ressaltar ainda que as primeiras propostas de divisão regional do Brasil vão surgir no final do século XIX e no início do século XX. Em sua maioria, estas levavam em consideração um caráter regionalizador que tinha como principal critério os elementos naturais



da paisagem. Podemos destacar alguns autores que elaboraram sugestões de regionalizações para o Brasil, dentre eles: André Rebouças (1893), Élisée Reclus (1893), Said Ali (1905), Delgado de Carvalho (1913), Pierre Denis (1927), Betim Pais Leme (1937).

Porém, é a partir da década de 1930, com o surgimento do Estado Novo, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, que foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como principal objetivo levantar dados estatísticos com a pretensão de uma maior centralização do país. Para Moraes (1988, p. 129), é neste contexto que: “[...] as políticas territoriais passam a ser postas como prioridade do Estado, e a principal tônica da ação do Governo Vargas, residiu no aparelhamento do Estado, que centraliza o poder até então bastante dividido entre as oligarquias regionais”.

Percebe-se como a definição do ordenamento territorial e de definição das regiões também é definido socialmente pelo contexto histórico vivenciado. Assim a necessidade de conhecimento sistemático do território, com vistas ao próprio controle e somado ao clima de protestos e revoltas de caráter regionalista, contribui para que surjam órgãos de estudo como IBGE:

Dadas as constantes revoltas e insurgências de caráter regionalista ocorridas tanto no Brasil Império, como nas primeiras décadas do Brasil Republicano, cria-se a necessidade de conhecimento sistematizado do território, do litoral e do interior, seja em seus aspectos demográficos, produtivos, de infra-estuturas, organização social e de suas bases fisiográficas. Era necessária a produção de informações fidedignas sobre o espaço nacional, tanto para efeito do agrupamento coerente das estatísticas (CONTEL, 2014, p.2).

O IBGE, com o passar dos anos, se consolidou como uma instituição pública essencial tanto para o levantamento de dados e estatísticas, quanto para o conhecimento de um quadro mais aprofundado das características do território brasileiro. Entre as suas principais colaborações, neste aspecto, estão as divisões regionais, que se constituíram como resultados importantes na contribuição para a consolidação de uma organização territorial, bem como para uma aplicação de políticas que permitiram o Estado acompanhar a evolução econômica e social, o que se evidenciou no país nas décadas seguintes.

No período em que corresponde à primeira metade do século XX, na década de 1940 até o final na década de 1990, produziram-se no Brasil três principais divisões regionais distintas, elaboradas pelo IBGE e aplicadas no país sempre direcionando suas finalidades em acompanhar as novas dinâmicas espaciais e o desenvolvimento.

Cabe ressaltar que cada regionalização descrita, considerando os critérios empregados, foram influenciadas principalmente em sua maioria pelas correntes teóricas do pensamento geográfico europeu, que tinha no método regional forte ligação com o planejamento regional, o qual influenciou fortemente esse processo de divisão do Brasil, sendo então estas caracterizadas segundo o Quadro 1.



**Quadro 01** – Divisões Regionais do Brasil Propostas pelo IBGE.

<b>Divisão Regional</b>	<b>Ano</b>	<b>Características</b>
Zonas Fisiográficas	1942	Tal divisão regional baseou-se nos critérios relacionados às características fisiográficas do território nacional, remetendo ao pensamento referente às regiões naturais, considerando também as então fronteiras administrativas das unidades federativas. Nessa primeira proposta de regionalização através do IBGE, foram propostas cinco divisões: as regiões Norte, Nordeste, Sul, Leste e Centro-Oeste. Com relação ao campo prático a respectiva proposta buscou atender um conjunto de finalidades, como estatístico, didático e/ou administrativo.
Regiões Homogêneas	1969	Essa nova regionalização promovida pelo IBGE, no decorrer da década de 1970, se tornou necessária em função do aumento populacional, dos processos de crescimento e expansão urbana, adjuntos da ampliação da industrialização e da expansão da malha rodoviária. Assim, as antigas Zonas Fisiográficas se tornariam ineficazes em acompanhar tais transformações no cenário brasileiro. O país foi dividido em 361 unidades homogêneas que passaram a ser denominadas Microrregiões Homogêneas. Já em 1976, o IBGE apresenta outra divisão regional chamada de “Mesorregiões Homogêneas”, que consistiam em um espaço de tamanho intermediário entre as microrregiões e as macrorregiões, em que estava dividido o território brasileiro. Dessa forma, o país teria cinco grandes regiões, 87 mesorregiões homogêneas e 361 microrregiões homogêneas. Essas regionalizações tinham como foco estabelecer a possibilidade de existir uma maior abrangência e distribuição de políticas públicas, bem como de facilitar o levantamento de dados estatísticos.
Regiões Geográficas	1990	No começo da década de 1990, após significativas reestruturações no IBGE e com as transformações inerentes no quadro espacial, político e administrativo do Brasil, juntamente a promulgação da Constituição Federal, aliando-se à criação de novos estados e municípios, é criada uma nova divisão regional no Brasil, na qual o número de microrregiões passa para 558 e o número de mesorregiões para 137 unidades. As unidades deixam de ser chamadas de homogêneas e passam a ser chamadas de geográficas. Nesse contexto, com relação aos critérios estabelecidos, as mesorregiões são condicionadas pelo natural e determinadas pelo social. Já as microrregiões estão dentro das mesorregiões e definem-se por especificidades relativas à produção agropecuária, à produção industrial e ao



extrativismo mineral ou de pesca, englobando uma estrutura de produção, troca, circulação e consumo de produtos do meio rural e urbano, em nível local ou microrregional.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, (2023); Adaptado de Guimarães, (1942); IBGE, (1970; 1990).

Desse modo, o processo de regionalização do território brasileiro pode ser entendido como uma aplicação contínua do conceito de região em que se percebe uma definição não estática, na qual o próprio estado compreende às diversas transformações socioespaciais do território, e busca, através da aplicação do planejamento regional, estabelecer planos e ações voltados ao desenvolvimento.

As mudanças instituídas nas formas de concepção dos espaços regionais e do ordenamento do território explicam-se também do ponto de vista das mudanças na sociedade. Isto porque, com o aprofundamento do capitalismo no país, o avanço da industrialização e o consequente aguçamento das desigualdades regionais e sociais, é necessário um planejamento regional visando diminuir essas disparidades. Esse planejamento e suas repercussões para o aumento das disparidades sociais através do ordenamento territorial passam então a tomar cada vez mais espaço nas agendas estatais e das agências de pesquisa:

Nos meados do século XX, assiste-se a uma tomada de consciência dos dirigentes e da opinião pública relativamente às disparidades económicas regionais e aos perigos sociais e políticos que tais disparidades provocam, O ordenamento do território (ao qual se pode igualmente chamar planeamento regional, ou organização do espaço), que é uma elaboração política e económica do espaço (com o objetivo de reduzir as desigualdades), passou a ser uma preocupação comum de todos os países industrializados ou em vias de desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas e as suas instituições especializadas esforçam-se por facilitar a promoção económica e social dos países economicamente desfavorecidos, onde as condições de vida dos habitantes são precárias. Mesmo nos países mais avançados, o crescimento económico manifesta-se de forma desigual no espaço, o que se traduz em disparidades e desigualdades regionais. Este facto chama a atenção dos economistas e dos políticos, que tentam reduzir estes desequilíbrios através da utilização dos instrumentos fornecidos pela ciência regional (BENKO, 1999, p. 10-11, grifo nosso).

Nessa condição específica, o papel do IBGE, como órgão um produtor dessa organização por meio das regiões, ganha um papel notório, como afirma Contel (2014, p. 12): “[...] a evolução do IBGE como instituição pública, voltada tanto para a produção de estatísticas quanto para o conhecimento mais aprofundado do território brasileiro, pode ser considerada como um elemento da ‘autoconsciência coletiva’ do país”. E complementa citando:

Do ponto de vista dos quadros conceituais das três divisões, foi possível identificar que cada uma delas se singularizou em função do contexto histórico e institucional do IBGE, assim como por se fundamentarem em um conjunto de autores e debates que representavam os “paradigmas científicos” de cada período (CONTEL, 2014, p. 13).

Portanto, o papel institucional do IBGE, frente às regionalizações, denota a importância da aplicação do conceito de região em prática, estabelecidas no Brasil, que funcionaram como



meio para o levantamento de dados, principalmente estatísticos e didáticos, e enriqueceram o debate público, e que também foram essenciais ferramentas do estado para gestão e controle do território, definição de ações e de políticas públicas.

Na seção seguinte se abordará o processo de regionalização no Estado do Piauí, de maneira mais geral, no qual buscou-se uma compreensão de como as regionalizações tanto em escalas federais como estaduais, contribuíram para o planejamento regional e desenvolvimento econômico, político e administrativo.

### **AS REGIONALIZAÇÕES NO ESTADO DO PIAUÍ**

Destacando o estado do Piauí dentro da Região Nordeste, torna-se necessário a partir dos processos de regionalização, compreender e analisar o seu espaço geográfico mediante os recortes regionais presentes em seu território, que foram definidos a partir de um contexto histórico no qual se aplicaram diferentes propostas de regionalizá-lo.

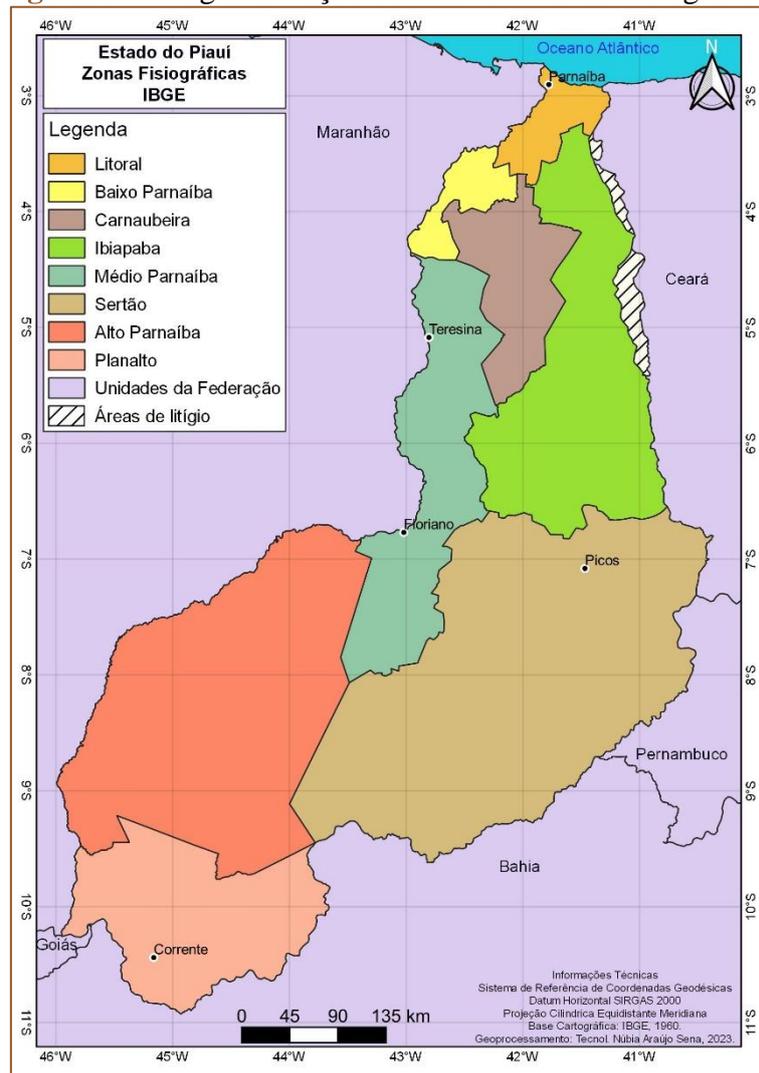
Cabe, assim, ressaltar que o processo de regionalização é uma divisão do espaço, com finalidades direcionadas a um melhor entendimento dos fenômenos físicos, naturais e sociais. A então divisão regional do Piauí segue atualmente critérios estabelecidos pelo Governo Federal e Estadual, com uma perspectiva de organizar, definir ações e gerir recursos.

O Piauí, como unidade federativa do Brasil, também esteve incluso nas regionalizações estabelecidas pelo IBGE, de maneira que os recortes regionais proporcionaram em uma escala a nível estadual, uma concepção de como a região integrou e possibilitou diferentes ações e definições de programas que remetem ao desenvolvimento regional.

A partir da divisão regional do Brasil em Zonas Fisiográficas na década de 1940 pelo IBGE, que tinha como critérios específicos as características físicas e geográficas, sociais e econômicas, porém com maior ênfase as características fisiográficas, o Brasil ficou dividido em grandes regiões formadas por estados com semelhanças naturais.

Por sua vez, os estados foram divididos em zonas fisiográficas, que tinham como critério fundamental as homogeneidades naturais e econômicas. Levando em consideração a regionalização em Zonas fisiográficas. De acordo com Lima (1977, p. 2): “[...] O Piauí como Estado-membro, foi dividido em 8 (oito) Zonas Fisiográficas: ZF Alto Parnaíba, ZF Planalto, ZF Litoral, ZF Sertão, ZF Ibiapaba, ZF Carnaubeira, ZF Baixo Parnaíba, ZF Médio Parnaíba”, conforme indicado na figura 01.

**Figura 01** – Regionalização do Piauí em Zonas Fisiográficas



**Fonte:** Autores, (2023); Adaptado de Lima, (1977).

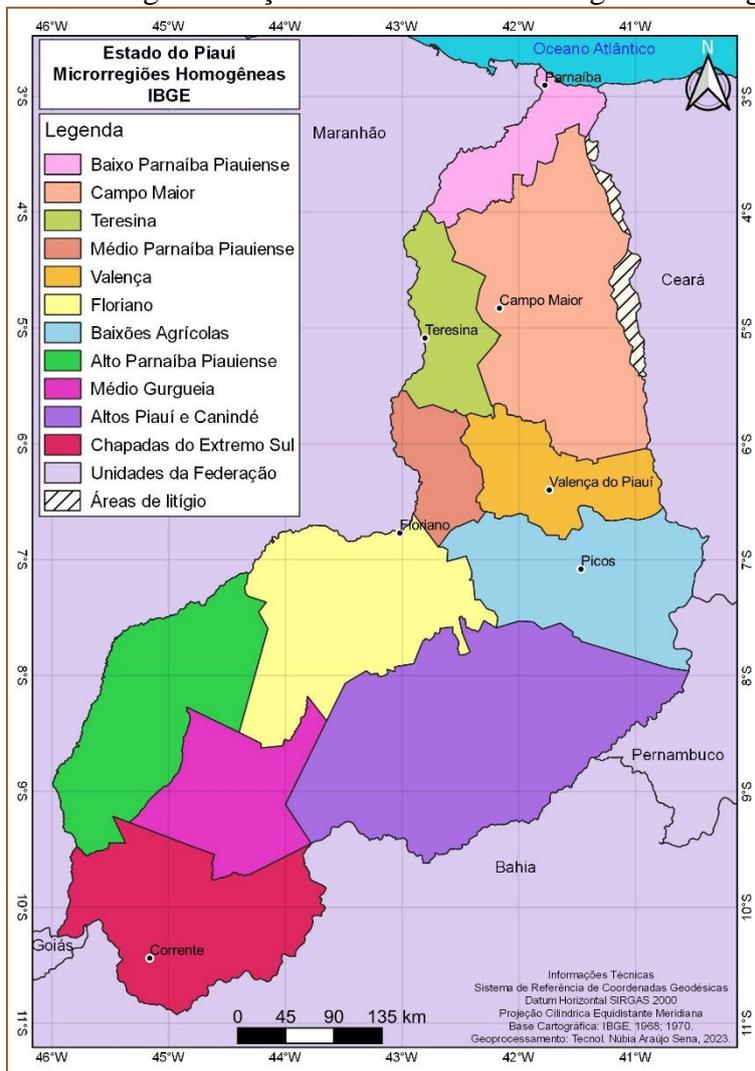
Na medida em que o desenvolvimento industrial crescia no país nas décadas de 1950 e 1960, aliado ao aumento populacional, à expansão urbana e às novas dinâmicas espaciais que eram empreendidas no território brasileiro, verificou-se uma questão de insuficiência das regiões fisiográficas que se tornavam, diante de tais avanços, inoperantes ao se tratar do fornecimento de subsídios que eram exigidos ao planejamento econômico.

Como ressalta Lima (1977), as Zonas Fisiográficas, que foram originalmente criadas com uma finalidade estatística, começaram desde os seus princípios a serem adotadas como meio para orientação espacial e para a destinação de recursos públicos, tanto para nível estadual como federal, de fato sendo comprovado que tal regionalização, principalmente devido ao seu caráter estático e de registro estatístico, seria insuficiente.

É nesse viés que vão surgir, a partir da década de 1970, as Regiões Homogêneas estabelecidas pelo IBGE, as então “Microrregiões Homogêneas” (MH), que foram criadas com a finalidade de levantar e de descobrir o papel geoeconômico das regiões e a destinação de

programas específicos. Nessa proposta de regionalização, o que predominou como critério técnico adotado foi o conceito de homogeneidade da área (Figura 02).

**Figura 02** – Regionalização do Piauí em Microrregiões Homogêneas



**Fonte:** Autores, (2023); Adaptado de Lima, (1977).

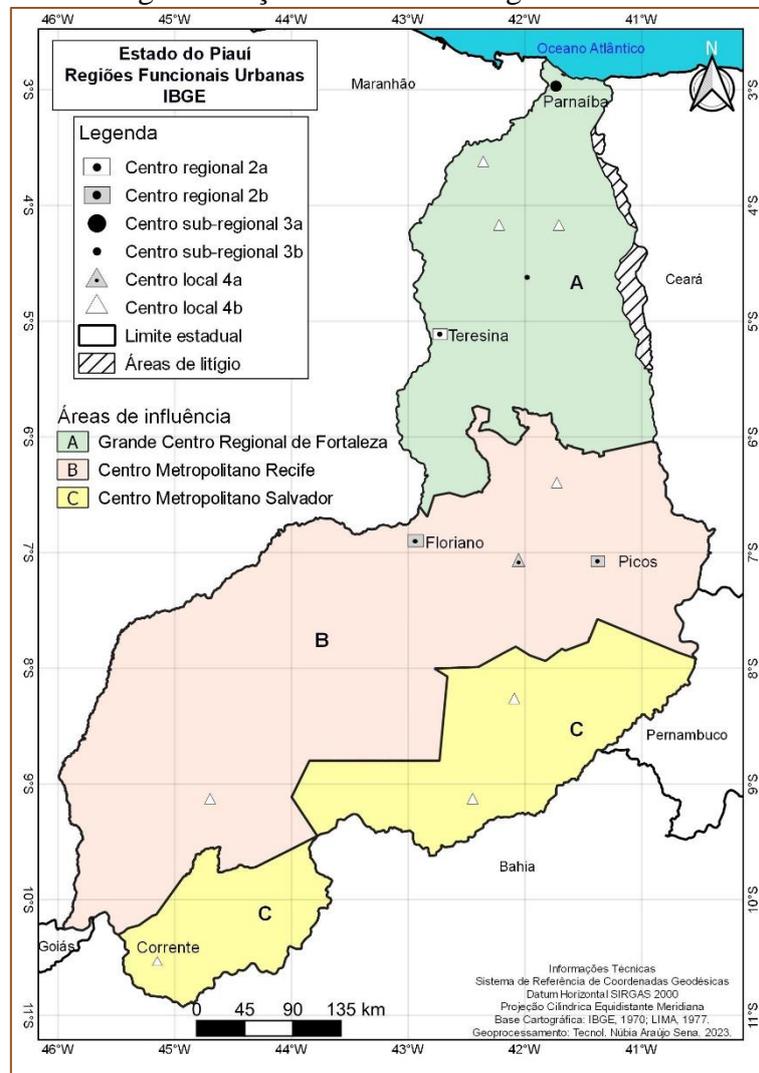
Conforme a regionalização desse modelo no Piauí, Lima (1977, p. 2-3) afirma que:

No tocante ao Piauí, seu espaço geográfico foi definido em 11 (onze) Microrregiões Homogêneas: MH do Baixo Parnaíba Piauiense, MH de Campo Maior, MH de Teresina, MH do Médio Parnaíba Piauiense, MH de Valença, MH de Floriano, MH dos Baixões Agrícolas Piauienses, MH do Alto Parnaíba Piauiense, MH do Médio Gurgueia, MH de Altos – Piauí e Canindé, MH Chapada do Extremo Sul Piauiense.

Considerando novamente o aspecto de evolução das propostas de regionalização do país, o Estado observou em relação às MHs, uma condição estática, assim tendo novamente a necessidade de se trazer uma nova proposta de regionalizar. Nessa cogitação, o IBGE baseou um novo estudo que levou principalmente em consideração quatro pontos específicos: a

formação de fluxos econômicos, entre as cidades e suas zonas de influências; a concentração de recursos e de infraestrutura; a centralização de atividades e serviços nas cidades, e, por último, a hierarquia urbana, sendo estabelecida a regionalização em regiões funcionais urbanas.

**Figura 03** – Regionalização do Piauí em Regiões Funcionais Urbanas.



Fonte: Autores, (2023); Adaptado de Lima, (1977).

De acordo com o texto publicado pelo IBGE, as regiões funcionais urbanas definem-se como:

[...] um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que pode servir de modelo tanto para uma política regionalizada do desenvolvimento, como para orientar a racionalização no suprimento de serviços de infraestrutura urbana através da distribuição espacial mais adequada. No campo administrativo pode servir de modelo para aperfeiçoar a máquina administrativa, eliminando a excessiva centralização executiva e introduzindo critérios racionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal. (IBGE, 1972, p. 9).



O estado do Piauí, conforme a figura 03, aparecia classificado quanto ao seu espaço, sob sua metade norte sobre influência de Fortaleza, a parte sudoeste sob a influência de Recife e o sudeste sob a influência de Salvador. Quanto à divisão do Piauí, nesse modelo de regionalização, Lima (1977, p. 3) afirma:

Internamente, a hierarquia urbana é a seguinte: Teresina, Centro Regional (Nível 2<sup>a</sup>), Floriano (2b), Parnaíba e Picos (3<sup>a</sup>), Campo Maior (3b), Oeiras (4b), Água Branca, Amarante, Barras, Luzilândia, Piripiri, Valença, Simplício Mendes, S. João do Piauí, São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Corrente (4b). Os demais classificam-se como “municípios”.

Essas propostas de regionalização foram as três primeiras que demonstram a atuação do Estado em nível federal na divisão regional estadual do Piauí. Adiante, ainda na mesma época, o governo do Piauí, através de estudos realizados por meio da antiga Fundação CEPRO (hoje nomeada como Superintendência de Pesquisas Econômicas e Sociais da Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí) também procurou acompanhar os avanços das pesquisas no país, de modo que também realizou esforços em prol de regionalizar o seu espaço geográfico.

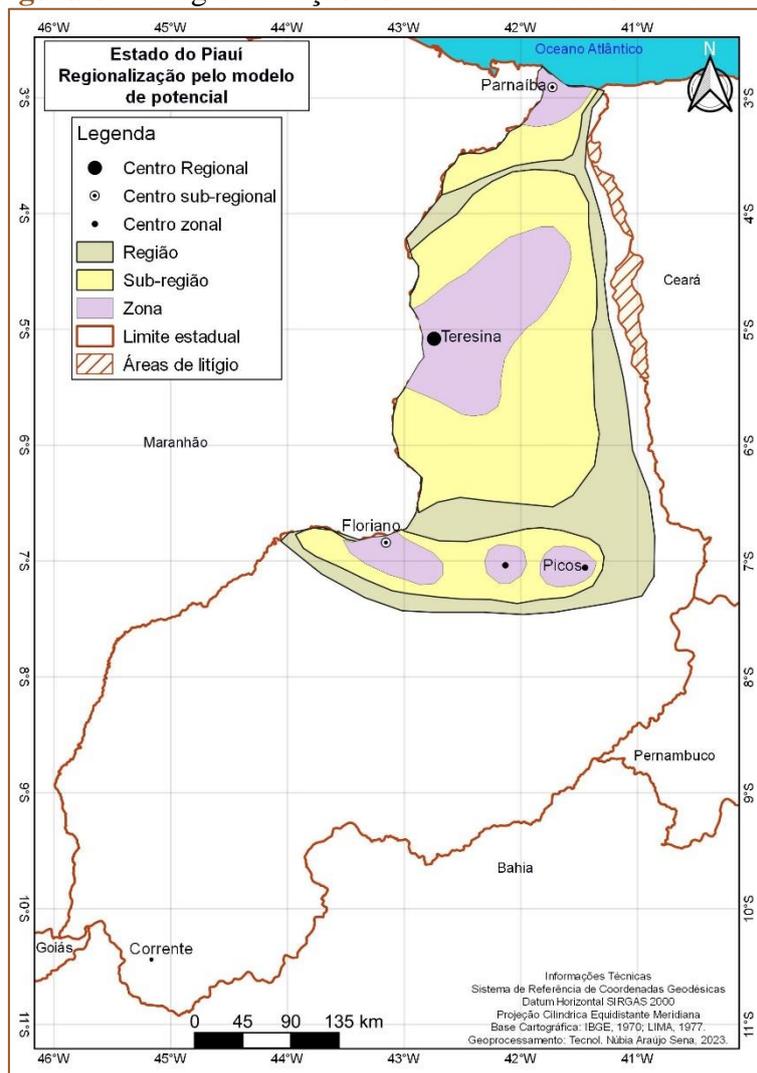
Ainda na década de 1970, promoveu a divulgação de dois estudos que promoviam um método de regionalizar o seu espaço, sendo eles: a regionalização em modelo de potencial (1975) e a regionalização através de uma Política Regional e Urbana (1976).

Quanto ao modelo de potencial, de acordo com Lima (1977), era uma regionalização baseada em um modelo probabilístico de interação, no qual os sujeitos se deslocavam para os locais com maior gama de objetos que propiciassem um interesse a fim de atender as suas respectivas necessidades, quanto maior a disponibilidade de serviços maior seria o nível de deslocamento populacional. Carvalho e Ferreira (2019, p. 59), afirmam que essa regionalização do Estado do Piauí consistia em:

Um modelo nada prático para fins de planejamento urbano, já que estimula o deslocamento do indivíduo de áreas que ofereciam menos serviços para os centros em potencial, na busca por suprir suas necessidades, que na prática não oferecia tanta contribuição para o planejamento regional, porém a sua contribuição é de grande importância na identificação das áreas de influência nos níveis regional, sub-regional, zonal e local dos Centros Urbanos.

Destarte, essa regionalização é representada na figura 04, em que se percebe que tal proposta foi estruturada em: Teresina, Centro Regional; Parnaíba e Floriano, Centro Sub-regionais; e Picos e Oeiras, Centros Zonais.

**Figura 04** – Regionalização do Piauí em Modelo de Potencial



**Fonte:** Autores, (2023); Adaptado de Lima, (1977).

Com relação ao modelo de regionalização em Política Regional e Urbana de 1976, este foi baseado de acordo com a estrutura espacial do Estado. Sobre essa proposta de regionalização, Carvalho e Ferreira (2019, p. 59), também ressaltam que:

Foi um modelo aprovado e institucionalizado pelo Governo Estadual, que vigorou por muito tempo e tinha como finalidade o planejamento. Realizado pelos técnicos da Fundação CEPRO, esse modelo de Política Regional e Urbana é parecido com a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, que foi elaborado pelo IBGE. No que se refere à política regional, os centros urbanos do Piauí possuíam um poder mínimo, por essa razão acreditava-se na necessidade de promover alternativas para fazer crescer e solidificar a densidade econômica, social e urbana das regiões.

Mais adiante, já a partir da década de 1990, a atuação do Governo Federal em atribuir um novo processo de divisão regional foi elaborado visando principalmente a evolução e os



avanços do território brasileiro em diversos setores. Nesse contexto, como afirma Lima (1991, p. 58-59):

Modificações ocorridas ao longo do tempo nas estruturas econômico-sociais, que promoveram alterações no espaço geoeconômico, sobretudo, mas também questões de ordem internacional a partir da nova Constituição, motivaram a que se procedesse a uma revisão na divisão do país em microrregiões homogêneas. Ocorre que com o desenvolvimento econômico dos últimos 20 anos, muitos municípios tenderam a substituir a sua antiga forma de produção primária por outras formas de maior dinamismo, configurando mudanças ou modernização da base econômica, com reflexo nos espaços vizinhos, com o surgimento de novos polos e, portanto, de modo que o modelo de divisão microrregional adotado ficou desatualizado, não correspondendo mais, em muitos casos, à realidade.

Essa proposta de divisão regional teve como critérios: o processo social como um determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. O Piauí assim ficou dividido em 04 mesorregiões (Centro-Norte Piauiense, Norte Piauiense, Sudeste Piauiense, Sudoeste Piauiense) e 15 microrregiões (Alto médio Canindé, Alto Médio Gurguéia, Alto Parnaíba Piauiense, Baixo Parnaíba Piauiense, Bertolândia, Campo Maior, Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Floriano, Litoral Piauiense, Médio Parnaíba Piauiense, Picos, Pio IX, São Raimundo Nonato, Teresina, Valença do Piauí).

Como foi anteriormente apresentado, quanto aos processos de regionalização no Estado do Piauí, a utilização da região como ferramenta direcionada à organização territorial e ao planejamento regional, fora não somente utilizada a nível de Governo Federal, mas também pelo governo local em meados da década de 1970. Porém, como também é sabido, o espaço geográfico torna-se dinâmico, ocorrem avanços que transformam as relações entre os sujeitos e o que é reproduzido no espaço, e dessa forma, as políticas públicas precisam acompanhar tais mudanças, portanto. Com isso, percebe-se que as regionalizações acompanharam esse processo evolutivo, criando sempre estudos para dinamizar melhor a atuação do estado.

Nesse contexto, com o início do século XXI, o Piauí promoveu uma nova proposta de regionalização, a partir do Projeto Cenários Regionais, que surgiu em 2003 e foi promulgado no ano de 2007.

A partir de 2003, em virtude das modificações nas estratégias de planejamento e implantação de políticas públicas no âmbito federal (PNDR, PNDE, PDSA) e da necessidade de um plano de ordenamento territorial convergente com o processo de globalização, o Estado do Piauí apresenta sua proposta de regionalização, com a elaboração do projeto Cenários Regionais do Piauí e consiste em uma estratégia de desenvolvimento e planejamento de médio e longo prazo. Nesse projeto, a ênfase foi na atuação dos planos local e regional, privilegiando como instrumentos a consulta e a participação efetiva dos municípios e comunidades nas quais pretendem atuar (ALENCAR, 2010, p. 49).

Essa regionalização, que vigora atualmente, foi realizada pelo Governo Estadual para fins de planejamento e gestão com vistas ao desenvolvimento de suas regiões. A partir do ano



de 2007, através da Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, o Piauí estabeleceu 3 regionalizações: as Macrorregiões (MR), os Territórios de Desenvolvimento (TD), e os Aglomerados Municipais (AG). As MRs fazem referência aos aspectos físico-ambientais, presentemente o estado possui 04 macrorregiões: a MR do litoral, MR do Meio Norte, MR do Semiárido e MR do Cerrado. Tal divisão transcende os limites políticos administrativos do Estado do Piauí, pois também abrange partes dos estados do Maranhão e do estado do Ceará (PIAÚÍ, 2007).

As mesorregiões, denominadas oficialmente de Territórios de Desenvolvimento (TD), que consistem em uma segunda regionalização, partem da divisão das MRs e foram definidas a partir de critérios ambientais, econômicos, político-administrativas e a partir das conexões geográficas, tendo como referência a malha viária. Em sua criação, em 2007, o Piauí contava com 11 TDs. Porém, atualmente, o estado conta com 12 TDs, após a criação do Vale do Itaim em 2017, decorrente do desmembramento da região do Vale do Rio Guaribas, estabelecida pela Lei nº 6.967, de 03 de abril de 2017, que determina o planejamento participativo territorial para o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí (PIAÚÍ, 2017).

Já os Aglomerados são formados por municípios que mantêm relações socioeconômicas e de proximidade entre si e alguns podem ser considerados como cidades locais e estariam mais próximos de formarem microrregiões mais inter-relacionadas às cidades polos, atualmente, o Piauí conta com 28 Aglomerados Municipais.

A utilização da região, ou do conceito, como instrumento de ação, tem sido de relevantes nos âmbitos político-administrativo, econômico, social e cultural. Isso destaca a sua importância, objetividade e a necessidade de manter-se presente no debate público, devido às suas contribuições significativas em diferentes níveis. Assim, a atuação da Geografia se consolida como uma ferramenta essencial para a sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos fatos expostos, a região como ferramenta da Geografia, estabelece desde os princípios do pensamento geográfico uma vertente fundamental da relação entre homem e natureza. Sobretudo quando a retratamos enquanto uma criação intelectual, reconhecendo tanto as diferenciações presentes no espaço, quanto aproximando as semelhanças e assim revelando as dinâmicas decorrentes das relações humanas.

No que se refere às regionalizações do Estado do Piauí, é evidente que a partir da aplicação do conceito de Região, nas propostas de regionalizar o espaço, estas emergiram como alternativas de melhor organizá-lo, por meio dos órgãos e secretarias, além da intenção de destinar melhor os recursos financeiros e os investimentos, bem como de organizar e conduzir as potencialidades das regiões e os recursos naturais dentro dos territórios.

Dessa forma, podemos considerar a região e os processos de regionalização, principalmente a partir de suas funcionalidades, sua coerência produtiva e a sua configuração territorial, de como tanto incidiram na realidade nacional quanto nas particularidades do Estado Nordeste do Piauí.



O estudo pode contribuir em identificar que dentre as características que permeiam a criação de regiões, a percepção de sua utilização como ferramenta de planejamento é explícita, sendo necessário cada vez mais estudos a respeito, tendo em vista que a temática é fundamental para o crescimento e organização do espaço nos estados.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. T. Caracterização da macrorregião do semiárido piauiense. In: SILVA, C. M. S. **Semiárido Piauiense: educação e contexto**. Campina Grande-PB: Triunfal Gráfica, 2010.
- BARBOSA, A. C.; PACÍFICO, A. G. Perspectivas da região: escolas, saberes e tendências. In: PACÍFICO, A. G.; ASADA, A. H.; BARBOSA, A. C.; SANTOS, A. P.; SILVA, A. C. P.; MARTINS, L. A. **Teoria da Região**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2017. v. único, cap. 2, p. 29-46.
- BENKO, G. **A ciência regional**. Tradução de António Gonçalves: Oeiras: Celta Editora, 1999.
- CARVALHO, K. C. M.; FERREIRA, A. J. A. Regionalização para o planejamento no Piauí: os Territórios de Desenvolvimento em questão. In: **I Congresso Internacional de Desenvolvimento Regional e o IV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão: metropolização do espaço e direito à cidade**. São Luís: EdUEMA, 2019. p. 56-67.
- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis** nova série, (3). Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.
- GUIMARÃES, F. M. S. **Divisão Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13971.pdf> . Acesso em: 22 set. 2023.
- HAESBAERT, R. **Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- IBGE. **Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=213891> Acesso em: 22 set. 2023.



IBGE. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213622>. Acesso em: 27 set. 2023.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. [Volume 1]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>. Acesso em: 22 set. 2023.

LENCIONI, S. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. (Org). In: **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

LIMA, G. P. Regionalização do Piauí: Estudo Cronológico. **Carta Cepro**, Teresina, v. 4, n. 2, p. 1-8, maio/ago. 1977.

LIMA, V. M. M. S. Piauí: Nova Divisão em Meso e Microrregiões Geográficas. **Carta Cepro**, Teresina, v. 14, n. 1, p. 57-65, jul./dez, 1991.

MATOS, F. O. **Formação e limitações regionais do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do meio-norte**. 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2013.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PIAUI. **Lei Complementar nº 87**, de 22 de agosto de 2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2007.

PIAUI. **Lei Estadual nº 6.967**, de 03 de abril de 2017. Altera a Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

## HISTÓRICO

**Submetido:** 01 de novembro de 2023.

**Aprovado:** 26 de dezembro de 2023.

**Publicado:** 28 de dezembro de 2023.



### DADOS DO(S) AUTOR(ES)

#### Leonardo José da Silva Costa

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro do Núcleo de Estudos Sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí (NEZCPI), Teresina, Piauí, Brasil. Endereço para correspondência: Rua 11 de Junho, 07, São Pedro, União, Piauí, Brasil, CEP: 64120-000.

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7024-7867>

**Lattes:** <https://orcid.org/0000-0003-1174-2010>

**E-mail:** [leonardojc.06@gmail.com](mailto:leonardojc.06@gmail.com)

#### Jorge Martins Filho

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Teresina, Piauí, Brasil. Endereço para correspondência: Rua João Cabral, 2231 – Norte, Pirajá, Teresina, Piauí, Brasil, CEP – 64002.150.

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1174-2010>Endereço

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6699644702589496>

**E-mail:** [jorgemartins@cchl.uespi.br](mailto:jorgemartins@cchl.uespi.br)

### COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

COSTA, Leonardo José da Silva; MARTINS FILHO, Jorge. O Conceito de Região nas Regionalizações do Estado do Piauí: uma abordagem cronológica de 1940-2007. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 12, n. 23, e2023005, 2023. <https://doi.org/10.59040/GEOUECE.2317-028X.v13.n23.e2023005>